MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/ME nº 08.343.492/0001-20 - NIRE 31.300.023.907

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia") convocados para reunirem-se em Assembleia Geral, a se realizar na sede da Companhia, na Avenida Professor Mário Werneck, 621, Estoril, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, no dia **24 de abril de 2026**, às **10:00** horas, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Em Assembleia Geral Ordinária: **1. Tomar** as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **2. Examinar, discutir e votar** as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **3. Deliberar** sobre a instalação do Conselho Fiscal, observado que a **instalação requer a participação mínima de 2% do capital votante** e, caso seja instalado, **eleger** os seus membros e seus respectivos suplentes para o mandato que se encerra na data de realização da Assembleia Geral Ordinária da Companhia em 2027; e **4. Fixar** a remuneração anual global da Administração para o exercício social de 2026. Em Assembleia Geral Extraordinária: **1. Deliberar** sobre a alteração do **Artigo 3º** do Estatuto Social da Companhia, para complementação do objeto social, com a inclusão de novas atividades relacionadas à cadeia operacional da construção civil e atividades correlatas; **2. Deliberar** sobre a alteração do **Artigo 5º** do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 da janeiro de 2026 e ratificação do atual capital social da Companhia; **3. Deliberar** sobre a alteração do **Artigo 10** do Estatuto Social da Companhia, a fim de adequá-lo às disposições da Resolução CVM nº 204/24, que dispensa a obrigatoriedade de apresentação de extrato da posição acionária para participação presencial em Assembleias Gerais; **4. Deliberar** sobre a alteração da composição da Diretoria Executiva, com a redução do número de Diretores Executivos, com a consequente alteração do **Artigo 27, caput e §8º** do Estatuto Social da Companhia; **5. Deliberar** sobre a alteração do **Artigo 34, §2º, alínea "a"**, do Estatuto Social da Companhia, para atualizar o valor nele previsto, em razão da defasagem do valor vigente e da necessidade de adequação à realidade atual do mercado imobiliário; **6. Deliberar** sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia, em virtude das deliberações dos itens acima; e **7. Deliberar** sobre a criação do novo Plano II de Outorga de Opções de Compra de Ações, Ações e Incentivos Atrelados a Ações da Companhia. **Instruções Gerais: (a)** As informações e documentos previstos nas Resoluções CVM nº 81/2022 e 204/2024, relacionados às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral, assim como as demais informações e documentos relevantes para o exercício do direito de voto pelos acionistas, estão disponibilizadas na sede da Companhia, no seu site de relações com investidores (https://ri.mrv.com.br), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da B3 (www.b3.com.br); **(b)** A Companhia informa que utilizará o processo de voto à distância, de acordo com as Resoluções CVM nº 81/2022 e 204/2024. O acionista que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação à distância, nos termos da referida resolução, enviando o correspondente boletim de voto à distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador, depositário central – B3 S.A., ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração e no Manual para Participação. Nos termos do artigo 27, parágrafo 2º, da Resolução CVM nº 81/2022 com as alterações introduzidas pela Resolução CVM nº 204/2024, a Companhia informa que estenderá o prazo para os acionistas que optarem por enviar o Boletim de Voto à distância diretamente à Companhia para até 48 horas antes da realização da Assembleia; **(c)** Os acionistas que, por si ou por seus procuradores ou representantes legais, desejarem participar da Assembleia Geral presencialmente, deverão comparecer à sede da MRV, munidos dos documentos obrigatórios, conforme informado na Proposta da Administração e no Manual para Participação. Para uma melhor organização, pede-se que os documentos obrigatórios sejam encaminhados antecipadamente, aos cuidados da Área de Governança Corporativa, por meio do e-mail ri@mrv.com.br, até 48 horas antes da Assembleia Geral. Eventuais esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados por meio: (i) do e-mail: ri@mrv.com.br ou (ii) do telefone +55 (31) 3615-8150.

Belo Horizonte, 25 de março de 2026.

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente do Conselho de Administração

INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO

CNPJ nº 14.377.211/0001-52

EDITAL DE CIENTIFICAÇÃO, COMPROVAÇÃO DE CIÊNCIA, RECUSA DE COMPARECIMENTO E VALIDADE DE ASSEMBLEIA

O **INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 14.377.211/0001-52, por seus administradores, **TORNA PÚBLICO**, para todos os fins de direito, que: O **Sr. LUCIANO KAUS SARKIS**, brasileiro, administrador de empresas, CPF nº xxx.646.xxx-xx, foi devidamente cientificado, por múltiplos meios formais e inequívocos, acerca da realização de Assembleia Geral AGO/2025 de 10 de maio de 2025, que deliberaria, inclusive, sobre sua permanência no quadro societário da sociedade. Conforme documentação comprobatória: • foi encaminhada comunicação formal por e-mail em 30 de abril de 2025, informando expressamente a realização da Assembleia Geral designada para o dia 10 de maio de 2025, bem como a possibilidade de sua exclusão, assegurando-lhe o direito de comparecimento e apresentação de defesa ; • houve publicação da convocação em 29 de abril de 2025, em meio oficial, conferindo publicidade ao ato societário ; • foram realizados comunicados adicionais, suficientes para caracterizar ciência inequívoca do sócio. Ressalta-se que, resta plenamente comprovado que o sócio teve ciência efetiva e inequívoca da convocação, por meios diretos e documentados, inexistindo qualquer prejuízo ao exercício do direito de defesa. Não obstante, o referido sócio **NÃO COMPARECEU** à Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2025, tampouco apresentou qualquer manifestação, defesa ou justificativa. Tal conduta configura, de forma inequívoca: **RECUSA DELIBERADA DE PARTICIPAÇÃO E MANIFESTAÇÃO** caracterizando inércia qualificada, renúncia tácita ao direito de defesa e preclusão de manifestação, nos termos da legislação civil aplicável. Adicionalmente, fica consignado que: **A ASSEMBLEIA GERAL FOI REGULARMENTE REALIZADA** com o comparecimento dos demais sócios, representando o quórum necessário, os quais: • participaram regularmente da assembleia; • aprovaram integralmente todas as matérias constantes da ordem do dia; • ratificaram todas as deliberações por unanimidade ou maioria qualificada; • assinaram a respectiva ata, conferindo plena validade jurídica ao ato societário. Dessa forma: • a assembleia foi válida e eficaz; • as deliberações produzem efeitos imediatos; • o sócio ausente submete-se integralmente às decisões tomadas. Nos termos do art. 36 do Contrato Social do **INSTITUTO AQUILA DE GESTÃO**, combinado com os artigos 1.030 e 1.085 do Código Civil, a Assembleia deliberou pela: **EXCLUSÃO DO SÓCIO POR JUSTA CAUSA** em razão de: • ausência injustificada; • não exercício do direito de defesa quando regularmente oportunizado; • descumprimento dos deveres societários; • comportamento incompatível com os interesses da sociedade. Fica consignado, ainda, que: • a ausência de tripla publicação não invalida o ato, diante da inequívoca ciência do sócio (princípio da instrumentalidade das formas); • não houve qualquer prejuízo ao sócio; • sua conduta caracteriza resistência voluntária e injustificada à participação societária. Por meio do presente edital, o Sr. **LUCIANO KAUS SARKIS** fica formalmente cientificado, para todos os fins legais: • de sua inequívoca ciência prévia; • de sua ausência deliberada; • da realização válida da assembleia; • da aprovação das deliberações; • de sua exclusão do quadro societário; • da plena eficácia dos atos societários praticados. O presente edital é publicado para fins de regularização formal, reforço de ciência e produção de todos os efeitos jurídicos cabíveis, inclusive perante o Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas.

SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÃO NO AEROPORTO DE CONFINS S.A.

CNPJ/MF nº 19.604.353/0001-29

Relatório da Administração *(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Confins, 26 de março de 2026. A Administração.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante		**205**	**260**	**Circulante**		**-**	**1**
Caixa e equivalentes de caixa	6	37	41	Obrigações fiscais federais		-	1
Aplicações financeiras	6	158	213	**Não circulante**		**133.476**	**102.503**
Tributos a recuperar		7	6	Provisão para passivo a descoberto	8.1	133.476	102.503
Outras contas a receber		3	-	**Patrimônio líquido**	9	**(133.271)**	**(102.244)**
				Capital social		474.869	474.869
				Prejuízos acumulados		(608.140)	(577.113)
Total do ativo		**205**	**260**	**Total do passivo e patrimônio líquido**		**205**	**260**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**474.869**	**(543.756)**	**(68.887)**
Prejuízo do exercício	-	(33.357)	**(33.357)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**474.869**	**(577.113)**	**(102.244)**
Prejuízo do exercício	-	(31.027)	**(31.027)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**474.869**	**(608.140)**	**(133.271)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Despesas operacionais			
Despesas gerais administrativas		**(83)**	**(101)**
Serviços		(62)	(64)
Gastos gerais		(21)	(37)
Resultado de equivalência patrimonial	8.1	**(30.973)**	**(33.285)**
Resultado antes do resultado financeiro		**(31.056)**	**(33.386)**
Resultado financeiro	10	29	29
Prejuízo do exercício		**(31.027)**	**(33.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(31.027)	(33.357)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(31.027)**	**(33.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		**(31.027)**	**(33.357)**
Ajustes por:			
Equivalência patrimonial	8.1	30.973	33.285
Rendimento de aplicação financeira		(24)	(24)
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) dos ativos			
Impostos a recuperar		(1)	9
Outras contas a receber		(3)	-
(Aumento) redução dos passivos			
Fornecedores		-	(1)
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social		(1)	-
Outras obrigações		-	(1)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais		**(83)**	**(89)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgates/Aplicações	6	79	110
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		**79**	**110**
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		**(4)**	**21**
Demonstração (da redução) do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		41	20
No final do exercício		37	41
		(4)	**21**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: O consórcio AeroBrasil, criado pelas empresas Companhia de Participações em Concessões (CPC) (75%), e pela operadora aeroportuária Zurich Airport International AG (25%) controlada pela Flughafen Zurich AG, foi o vencedor da concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, também conhecido como Aeroporto de Confins. Em conformidade com as regras do edital de licitação, as empresas integrantes do Consórcio AeroBrasil constituíram uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), em 21 de janeiro de 2014, denominada Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (SPAC), na forma de sociedade por ações e de acordo com as leis brasileiras. A Companhia, localizada na cidade de Confins do estado de Minas Gerais, no Aeroporto Internacional Tancredo Neves, Prédio da Administração, Mezanino, Sala B13, posteriormente, e ainda de acordo com as regras do edital de licitação, em 10 de março de 2014, associou-se à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO e, juntas, constituíram, também na forma de uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, a empresa Concessionária do Aeroporto Internacional de Confins S.A. ("BH Airport") que é responsável pela execução do objeto do contrato de concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves por 30 anos, prorrogáveis por até 5 anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio-financeiro. O contrato de concessão foi assinado no dia 07 de abril de 2014 e a sua eficácia ocorreu no dia 07 de maio de 2014.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC): As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações financeiras consolidadas não estão sendo apresentadas pela Companhia de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas por enquadrar-se no item 4A desse Pronunciamento. Além disso, sua controladora direta Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. já apresenta demonstrações consolidadas. Em 26 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas: 10. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis. **3. Políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controlada. **Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. **3.2. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas com consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou • transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: • substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou • a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação. **Aplicações financeiras:** Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados. **3.4. Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.5. Adoção inicial de normas novas e alterações:** A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2025, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2025: • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. **3.6. Novas normas ainda não efetivas:** Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:** O CPC 51 substituirá o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais: • As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. • As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. • Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'. **Outras Normas Contábeis:** A seguinte norma alterada não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros. **3.7. Reforma tributária:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, baseada no modelo de IVA Dual: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS - Federal) e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS - Subnacional). Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214/2025 (originada do PLP 68/2024), regulamentando os principais dispositivos do novo regime e do Imposto Seletivo (IS). A transição para o novo sistema ocorrerá entre 2026 e 2032. Dada a atual fase de transição e a dependência de definições infralegais, os efeitos quantitativos da Reforma na apuração dos tributos ainda não podem ser estimados com precisão. Consequentemente, não houve impactos mensuráveis nestas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025. A Administração ressalta que o contrato de concessão operado pela Companhia prevê cláusulas de reequilíbrio econômico-financeiro, diferente de impostos sobre a renda. Dessa forma, eventuais aumentos nos custos tributários decorrentes da transição deverão ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

4. Determinação dos valores justos: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. • Caixa e bancos: Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata. • Aplicações financeiras: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras. • Passivos financeiros não derivativos: O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg). Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir: • Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros: 5.1. Visão Geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito; b) Risco de taxas de juros e inflação; e c) Risco financeiro e liquidez. A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras. **a) Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nºs 6 e 11. **b) Risco de taxas de juros e inflação:** Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento das perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6 e 11. As tarifas da Companhia são reajustadas por índices de inflação. **c) Risco financeiro e liquidez:** Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui passivo à descoberto de R$ (133.476) substancialmente composto pelo reflexo dos investimentos, detalhado na nota explicativa n.º 8. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Em vista do exposto, apesar do saldo do Passivo Circulante superior ao Ativo Circulante e apuração de sucessivos prejuízos nos últimos exercícios, situação que poderia levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, as informações contábeis anuais foram elaboradas levando em consideração o pressuposto de continuidade e, portanto, elas devem ser lidas nesse contexto.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	8	11
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	29	30
Total	**37**	**41**
Aplicações financeiras	**2025**	**2024**
Circulante	**158**	**213**
Aplicações financeiras (a)	158	213
Total	**158**	**213**

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,19% do CDI, equivalente a 14,20% a.a., em 31 de dezembro de 2025 (95,14% do CDI, equivalente a 10,35% a.a, em média, em 31 de dezembro de 2024). (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo.

7. Partes relacionadas: O saldo de ativo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia e outras partes relacionadas.

	2025		2024	
Saldos	**Outras partes relacionadas**	**Total**	**Outras partes relacionadas**	**Total**
Ativo	**8**	**8**	**11**	**11**
Bancos conta movimento	8	**8**	11	**11**

8. Investimentos: 8.1. Composição da provisão para passivo a descoberto

			provisão para passivo a descoberto		Resultado da equivalência patrimonial	
Controlada	**Atividade principal**	**% de participação em 31/12/2025**	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
BH Airport	Serviços	51	(133.476)	(102.503)	(30.973)	(33.285)
Total			**(133.476)**	**(102.503)**	**(30.973)**	**(33.285)**

8.2. Movimentação do passivo a descoberto

	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	**(102.503)**	**(69.218)**
Resultado de equivalência patrimonial	(30.973)	(33.285)
Saldos em 31 de dezembro	**(133.476)**	**(102.503)**

8.3. Informações financeiras resumidas da controlada

	2025			2024			2025		2024	
Controlada	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**	**Ativo circulante e não circulante**	**Passivo circulante e não circulante**	**Patrimônio líquido (passivo a descoberto)**	**Total das receitas brutas do exercício**	**Prejuízo do exercício**	**Total das receitas brutas do exercício**	**Prejuízo do exercício**
BH Airport	3.055.111	(3.316.830)	(261.719)	2.998.104	(3.199.092)	(200.988)	617.174	(60.731)	513.449	(65.265)
Total	**3.055.111**	**(3.316.830)**	**(261.719)**	**2.998.104**	**(3.199.092)**	**(200.988)**	**617.174**	**(60.731)**	**513.449**	**(65.265)**

9. Patrimônio líquido: 9.1. Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 474.869, composto por 474.868.636 ações ordinárias e sem valor nominal, conforme abaixo:

		2025	2024
	Participação acionária	**Quotas integralizadas**	**Quotas integralizadas**
Companhia de Participações em Concessões	75%	356.151.477	356.151.477
Zurich Airport Internacional AG	25%	118.717.159	118.717.159
Total geral		**474.868.636**	**474.868.636**

10. Resultado financeiro

	2025	2024
Receitas financeiras	**29**	**29**
Rendimento sobre aplicações financeiras	28	28
Juros e outras receitas financeiras	1	1
Resultado financeiro líquido	**29**	**29**

11. Instrumentos financeiros: 11.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo o seu nível na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nível	2025	2024
Ativos		**195**	**254**
Valor justo através do resultado		**195**	**254**
Caixa e bancos	Nível 2	8	11
Aplicações financeiras	Nível 2	187	243
Total		**195**	**254**

11.2. Análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável. **11.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre o contrato de aplicação financeira com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2026 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

		Efeito em R$ no resultado		
Risco	**Exposição em R$ (3) (4)**	**Cenário provável**	**Cenário A 25%**	**Cenário B 50%**
CDI	189	28	21	14
Efeito sobre as aplicações financeiras		**28**	**21**	**14**
Total do efeito líquido de ganho		**28**	**21**	**14**
A taxa de juros considerada foi (1):	CDI (2)	14,9000%	11,1750%	7,4500%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo: Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção da taxa do cenário provável: (2) Taxa de 31/12/2025, divulgada pela B3; (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2025, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação do fator de risco (CDI).

Composição do Conselho de Administração

Monique Henriques Barbato de Souza	Presidente
Johann Georg Erwin Gigl	Membro Efetivo
Marcos Brandão	Membro Efetivo
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Membro Efetivo
Roberto Penna Chaves Neto	Membro Efetivo
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Waldo Edwin Pérez Leskovar	Diretor-Presidente
Marcus Vinícius Vieira Macedo	Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0 "S" MG

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos acionistas e administradores da
Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A.
Confins - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Sociedade de Participação no Aeroporto de Confins S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1